

# Educação Cultural e Práticas Pedagógicas: ensino de história por meio da educação para o patrimônio

Eduardo Augusto de Santana

Doutorando em História/Universidade Federal Rural de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional/e-mail:duca\_augusto@yahoo.com.br

**Resumo:** Esse artigo é fruto de projeto Trabalho de Conclusão do Ensino do Ensino Fundamental II – TCF desenvolvido pelos alunos do EJA IV da Escola Estadual Gilberto Freyre no ano de 2019. O trabalho se apoiou no ensino de história, onde fez uso educação patrimonial como mecanismo de fomento, valorização, difusão e a reapropriação dos lugares e espaços de memória - Quadra do Vasco, Clube recreativo 13 do Vasco, Teatro Lobatinho, Igreja Matriz de São Sebastião e Centro Umbandista Lar de Ita - do bairro onde a nossa escola está inserida.

**Palavras-chave:** Ensino de História, Educação Patrimonial, Educação Cultural e Práticas Pedagógicas

## 1. Introdução

A problemática de nosso TCF, enquanto proposta de pesquisa e intervenção didático-pedagógica visava conhecer um pouco mais a respeito dos lugares de memória afetiva e de sociabilidade da comunidade. A partir disso foram propostos meios de intervenção que pudessem viabilizar o resgate da história desses lugares e ajudasse a restabelecer, nesse ínterim, as conexões que outrora havia entre os espaços e as pessoas que neles transitam. A respeito da importância do espaço com vistas a aprofundar o debate trouxemos a fala de (Nora, 1993, p.21-23) onde comenta:

O espaço, apesar de vivido individualmente pelos sujeitos, vai se configurando num lugar comum, compartilhado, possibilitando uma referência cultural que possa significar o coletivo e não apenas o sujeito individual. O lugar, em sua ampla acepção, depois de significado, pode remeter a uma ou a várias identidades, pode constituir-se num lugar de memória.

Conforme diz (Capucho, 2012, p. 97), “os estudantes têm o direito ao acesso a todo tipo de conhecimento histórico” e, nesse sentido, entendemos que isso

também se aplica ao tipo de saber produzido nas comunidades nas quais estão inseridos. Portanto, os bens culturais, listados na introdução desse texto, além de integrarem a memória afetiva do bairro dizem respeito a saberes, histórias de vida e memórias coletivas compartilhadas por seus integrantes. Não podemos, portanto, negligenciar que a história local é resultante do contexto sociocultural onde as pessoas e bens culturais se inscrevem na atualidade. Por conseguinte os nossos estudantes tinham o direito de conhecer mais sobre as suas próprias trajetórias de vida e poder contribuir para que os seus lugares de memórias não caíssem no esquecimento. Sobre isso Marc Bloch defende a importância da memória enquanto instrumento capaz de potencializar paixões e exercitar as nossas mentes para a percepção das coisas do mundo, ao afirmar que:

(...) a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não servidão dos homens. (Jacque Le Goff, 2012, p. 471)

A análise demonstrar o quanto a memória é algo de grande relevância para o desenvolvimento do senso crítico a respeito do mundo em volta. Sem ela, estaríamos a catar migalhas que pudessem vim a dar algum tipo de significado e sentido às coisas por nós vividas. Percebam, portanto que o patrimônio está em todo lugar, ele não está separado ou distante de nosso dia a dia, pois ele é presente onde os sentidos, sentimentos e experiências de vida dos diferentes grupos sociais, pois ele emerge, criando relações de pertencimento e identidades. Nesses lugares as pessoas estabelecem diálogos com múltiplos sujeitos com quem compartilham lembranças, memórias e sentimentos comuns ou não e determinam as referências culturais mais representativas para elas, definindo o que merece ser guardado, protegido e valorizado.

Não é possível conhecer o patrimônio apenas a partir de uma visão contemplativa, portanto intervir nele é urgente. Sobretudo no processo de sensibilização para que outras pessoas possam se relacionar com a cidade, identificando seus patrimônios de forma crítica, refletindo acerca dos significados que trazem consigo e marcam muitos momentos da história de

nossas cidades. É necessário, todavia apontar alternativas que auxiliem na construção de significados individuais e coletivos no encontro entre os bens culturais e seus detentores. Cabendo a comunidade se apropriar do seu patrimônio e exercer o seu poder de resguardar, transmitir e ressignificá-lo.

O patrimônio ajuda a caracterizar, não só um dado contexto sociocultural, mas também as identidades individuais e coletivas, bem como pode transmitir valores para as próximas gerações. A educação para patrimônio é, antes de qualquer coisa, um instrumento importante para a formação cidadã, pois nos faz entender que os bens culturais são testemunhos de quem fomos, de quem somos e de quem queremos ser. Ajudando assim, na reabilitação de espaços e memórias. A educação patrimonial ou para o patrimônio deve nos instrumentalizar para que possamos desempenhar o papel de protagonistas na construção do conhecimento e de ações relacionados às nossas memórias e histórias (Grispum, 2000).

## 2. Desenvolvimento

Esse trabalho se baseou nos dados coletados em fontes secundárias e primárias. As observações de campo, por sua vez, conforme as orientações tecidas pelas autoras (Lakatos e Marconi, 2003, p. 90), objetivaram compreender os aspectos da realidade social em que os bens estavam inseridos.

A opção pelo uso das metodologias de pesquisa oferecidas pela micro-história se deve a premissa de que a observação *in loco* poderia colocar em evidência fatores de interesse da pesquisa, que de outra forma não poderiam ser observadas. A descrição densa de nosso objeto se mostrou bastante útil ao trabalho, uma vez que nos permitiu mensurar uma série de fenômenos sociais que se interligavam ao nosso objetivo de pesquisa e que, de outra maneira, passariam imperceptíveis ao crivo do pesquisador. A respeito dessa metodologia (Levi, 1992, p. 160) diz o seguinte:

(...) a micro-história como a tentativa de estudar o social, não como

um conjunto de inter-relacionamentos deslocados existentes entre configurações constantemente em adaptação. Ele encara a micro-história como uma resposta as limitações óbvias daquelas interpretações da história social.

O Inventário Participativo foi outro instrumento utilizado no desenvolvimento desse trabalho. Sendo ele composto de: ficha de projeto, ficha de território, ficha das fontes pesquisadas, ficha de relatório de imagens e ficha de roteiro de entrevistas, foi adaptado a realidade do projeto e contexto sociocultural em que empregado, pois também buscamos obter dados a respeito da auto-identificação étnica, ocupação e faixa de renda dos entrevistados. Esse instrumento oportunizou que os entrevistados se colocassem em uma posição de protagonista lhes permitindo inventariar e passassem a descrever, classificar e definir o que constitui o seu patrimônio. O inventário permitiu estabelecer um panorama geral dos aspectos socioculturais e econômicos do bairro e catalogar os bens elencados por seus detentores com mais precisão. Hugues (Varine, 2012, p. 59) comenta a respeito dos inventários o seguinte:

Inventário compartilhado é ao mesmo tempo um objetivo e um meio: trata-se, com certeza, de chegar a um produto, utilizando todos os meios de coleta, de registro e difusão; mas é também, e talvez principalmente, uma pedagogia que visa a fazer nascer no território a imagem complexa e viva de um patrimônio comum, de múltiplos componentes e facetas, que se tornará o húmus do desenvolvimento futuro, e que será igualmente compartilhado por todos.

Segundo esse autor, para aqueles que trabalham a favor do desenvolvimento local e percebem o patrimônio como um eixo desse desenvolvimento, o inventário é indispensável. Antes de tudo ele se caracteriza como uma ferramenta de sensibilização em torno das referências culturais das comunidades. Já durante a etapa de seleção e filtragem dos dados colhidos nas entrevistas foram selecionados os itens que pudessem ser utilizados no trabalho. O questionamento colocou em relevo dados julgávamos pertinente para a nossa temática e pudessem evidenciar os laços de afetividade entre a comunidade local e os seus bens. Sobre isso, (Scifoni, 2017, p. 5-16) diz:

A educação patrimonial acontece a partir de vários métodos de trocas de saberes, a partir do encontro de diversos agentes, como os

detentores de bens, especialistas do patrimônio ou profissionais de diversos campos do saber, por meio da interdisciplinaridade e transversalidade.

Esse método possibilitou a análise de conjunturas socioeconômicas e a apreensão de várias histórias lidas, com base em distintos sujeitos da história. E, sobretudo de histórias que foram silenciadas em razão da posição social dos seus interlocutores, pois em razão disso não foram institucionalizadas sob a forma de conhecimento histórico.

### 3. Considerações Finais

De uma forma geral podemos dizer que as pessoas daquela comunidade não compreendiam a amplitude da importância simbólica, social, cultural e histórica dos seus lugares de memória. A justificativa é a educação para o patrimônio nunca foi objeto de políticas públicas. Portanto, uma vez que não foram educadas para isso seria incoerente esperar que houvessem desenvolvido um sentimento de pertencimento por aqueles bens. Retirando daquelas pessoas o direito de poder reconhecer e proteger os seus espaços de memória. E é nesse cenário, ora aqui exposto, que o papel de escola se torna de extrema importância para que essa valorização possa se efetivar.

As discussões trazidas foram pensadas com o propósito de contribuir para a oferta de novos métodos e perspectivas de pesquisa e ensino de história. O seu desenvolvimento buscou, portanto, buscou favorecer o ensino de história por meio da pesquisa, da problematização e discussão a respeito dos estudos dos bens culturais, através do estudo do patrimônio de uma simples comunidade onde a pesquisa tencionou estudar o patrimônio local em seus mais diversos aspectos socioculturais respeitando, antes de tudo, os saberes e as escolhas feitas pelos reais detentores desses bens.

As práticas educativas para o patrimônio devem assumir uma dimensão política haja vista que, devemos entender que a memória e o esquecimento são produtos sociais e também fruto de políticas públicas. As instituições de ensino devem assumir funções de mediação e incentivar a criação de espaços

de aprendizagem e interação que facilitem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio.

De uma maneira geral, considera-se que a pesquisa trouxe grande ganho ao aprendizado de nossos estudantes com relação a sua própria comunidade onde estão inseridos. Ela nos permitiu compreender a importância de se valorizar espaços e lugares que antes passavam despercebidos. Desconhecer é, portanto não ter a oportunidade de não valorizar a história do seu lugar de origem. E no campo político e social isso se torna extremamente prejudicial à construção nossa identidade e formação cidadã. Lugares que, apesar de muitas vezes se encontrarem degradados e esquecidos, poderão vir a se tornar em espaços de fomento e incentivo a educação cultural do cidadão. Concluímos que o legado de projeto foi ajudar na recuperação de experiências individuais e coletivas daquelas pessoas, fazendo-as perceberem-se como construtores de uma realidade histórica mais ampla, democratizante e onde elas eram os principais atores. Não eram históricas estranhas, de pessoas e realidades desconhecidas, mas vivências e memórias que precisavam ser resgatadas, ressignificadas e contadas pelos seus protagonistas.

## Referências

- CAPUCHO, Vera. *Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2012.
- GRISPUM, Denise. *Educação para o Patrimônio*. Museu de Arte e escola. Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. Tese em Educação. São Paulo: USP, 2000.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 6ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- LEVI, Giovanni. *Sobre a Micro-História*. In: BURKE, Peter. *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora USP, 1992.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 21-23, dez. 1993.
- SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova Educação Patrimonial. In: *Revista Teias*, v.18, n. 48, 2017.
- VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*, Editora Medianiz, 2012.